n.ºs 815/2006, de 16 de Agosto, e 321/2007, de 23 de Março, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 19 de Abril de 2007, o despacho n.º 7434/2007, que estabelece o regime de compensações a atribuir aos titulares de direitos reais de propriedade ou de arrendamento sobre coníferas cortadas na faixa de contenção fitossanitária, no âmbito do Programa Nacional de Luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (PROLUNP).

Tal procedimento consiste na apresentação do formulário que consta do anexo 1 ao referido despacho e documento que contenha a localização inequívoca do terreno.

Atendendo ao disposto na Decisão n.º 2006/923/CE, de 13 de Dezembro, designadamente nos seus artigos 4.º e 5.º, o processo de recepção da documentação mencionada deverá estar concluído em data anterior a 31 de Agosto de 2007, mas a tempo de permitir a elaboração do relatório aí referido.

Assim, para o efeito do cumprimento do prazo acima referido, determino que apenas sejam aceites como válidos os formulários enviados à Direcção-Geral dos Recursos Florestais até ao dia 8 de Agosto de 2007, inclusive.

29 de Junho de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho normativo n.º 29/2007

O Despacho Normativo n.º 40/2002, de 24 de Julho, estabeleceu os termos em que terão enquadramento as acções a levar a efeito para a realização dos testes rápidos no âmbito da vigilância epidemiológica das encefalopatias espongiformes transmissíveis (EET) e o respectivo quadro de competências e de financiamento, bem como o valor dos preços das análises a praticar pelos laboratórios oficiais.

Com a publicação da Decisão n.º 2004/450/CE, da Comissão, de 29 de Abril de 2004, que define os requisitos normalizados aplicáveis ao conteúdo das candidaturas ao financiamento comunitário de programas de erradicação, vigilância e controlo de doenças animais, a Comunidade Europeia deixou de financiar a aquisição de *kits* para despiste das referidas encefalopatias, tendo passado a suportar os testes efectuados por cada Estado membro.

Considerando a modificação das regras respeitantes ao financiamento comunitário no domínio da erradicação, vigilância e controlo de EET, importa adequar as regras vigentes às normas que regem a tramitação dos planos de saúde animal, as quais são aplicáveis também ao programa de erradicação e vigilância epidemiológica das EET.

Importa, ainda, alterar os preços fixados para a prestação de serviços inerente à realização de testes rápidos.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — Pelos serviços inerentes à prossecução dos testes incluindo a realização destes, são devidos ao Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, adiante designado por LNIV, e aos demais laboratórios certificados os seguintes montantes:

a) Ovinos e caprinos mortos na exploração ou abatidos para consumo bem como os animais coabitantes abatidos no âmbito da aplicação do programa de erradicação e vigilância epidemiológica das EET — € 21 por teste;

b) Bovinos mortos na exploração ou rejeitados pela inspecção sanitária nos matadouros bem como os animais coabitantes abatidos no âmbito da aplicação do programa de erradicação e vigilância epidemiológica das EET — € 21 por teste;

c) Bovinos aprovados para consumo humano — € 6 por teste.

2 — Pelos serviços inerentes à realização dos testes, no caso de bovinos aprovados para consumo humano, o LNIV e os laboratórios oficiais cobram, ao apresentante para abate, € 15 por teste.

3 — As facturas inerentes aos pagamentos referidos no n.º 1 devem ser remetidas mensalmente à Direcção-Geral de Veterinária (DGV), para validação e posterior envio ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), para pagamento.

4 — Os valores fixados nos n.ºs 1 e 2 são actualizados anualmente, por despacho do director-geral de Veterinária, após audição do LNIV.

5 — É revogado o Despacho Normativo n.º 40/2002, de 24 de Julho.

6 — O presente despacho normativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

6 de Julho de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho (extracto) n.º 17 391/2007

Na sequência da publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado o número de unidades flexíveis da Direcção

Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, tendo, por despacho de 10 de Abril de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas atribuições e competências, urgindo nomear os correspondentes dirigentes, por forma que não se verifiquem quaisquer alterações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada por despacho de 12 de Abril de 2007 do director regional, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau para a Divisão de Gestão de Recursos Humanos desta Direcção Regional a assessora principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura do Algarve Anabela dos Santos Garízio Pires.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da visada e tem como suporte o respectivo currículo.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 12 de Abril de 2007. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Julho de 2007. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Curriculum vitae

Nome — Anabela dos Santos Garízio Pires.

Naturalidade — Moçambique.

Data de nascimento — 23 de Agosto de 1954.

Formação académica:

Licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE) de Lisboa (1983);

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, actual Instituto Miguel Torga (1975).

Formação profissional relevante para a função:

De 4 de Maio a 27 de Junho de 2007 frequentou o curso de gestão por objectivos, com a duração de noventa horas, promovido pelo INA;

De 12 de Outubro de 2006 a 8 de Janeiro de 2007 frequentou o curso de gestão estratégica de recursos humanos, com a duração de noventa e uma horas, promovido pela Form@lgarve, que decorreu na sede da empresa em Faro;

De 9 a 11 de Outubro de 2006 frequentou o curso do planeamento à avaliação do desempenho, com a duração de dezoito horas, que decorreu no Hotel Eva em Faro, promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado;

De 10 a 14 de Julho de 2006 frequentou o curso SIADAP, com a duração de trinta horas, que decorreu na Secretaria-Geral do MADRP em Lisboa.

Experiência profissional:

Funcionária do Ministério da Agricultura desde 1 de Julho de 1975 e do quadro da Direcção Regional de Agricultura do Algarve (DRAALG) desde a sua criação, com a categoria actual de técnico superior assessor principal, da carreira de técnico superior;

De Abril de 2007 e até à presente data — nomeada chefe da Divisão de Gestão dos Recursos Humanos, em regime de substituição;

De Março de 2006 e até Abril de 2007 — assessora da directora de serviços de Administração, nomeadamente para apoio à aplicação do SIADAP;

De Junho de 2005 e até Março de 2007 — integrou o grupo de apoio à modernização administrativa, criado pelo despacho interno n.º 12/2005 e ao qual foi dada continuidade pelo despacho interno n.º 6/2006;

De Agosto de 2003 a Março de 2006 — técnica superior na Divisão de Associativismo e Renovação do Tecido Produtivo;

De 2001 a Agosto de 2003 — dependendo directamente do então subdirector regional, encerrou o projecto «Em torno da cabra algarvia» e trabalhou na concepção de um novo projecto que lhe pretendia dar continuidade (AFATOC);

De 1997 a 2000 — integrou a equipa do projecto «Em torno da cabra algarvia», financiado pelo artigo 8.º do FEOGA, da responsabilidade da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, em parceria com a Associação In Loco e a Universidade do Algarve, no qual foi responsável pela linha «Caracterização dos sistemas» e fez parte da equipa central do projecto;

Desde 1975 a 1997 — esteve sempre em funções relacionadas com o desenvolvimento rural e o associativismo agrícola.

Despacho (extracto) n.º 17 392/2007

Na sequência da publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado o número de unidades flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, tendo, por despacho de 10 de Abril de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas atribuições e competências, urgindo nomear os cor-